

A CULTURA PORTUGUESA NO REINADO DE D. JOÃO V⁽¹⁾

José de Figueiredo, a quem o património artístico de Portugal tanto ficou devendo, escreveu um dia estas palavras: «A lenda de D. João v, rei freirático, tem de acabar, prestando-se justiça a êsse monarca, como um dos nossos mais cultos e de mais esclarecido gosto».

Já um contemporâneo do *Magnânimo*, o Embaixador francês Mornay, dissera que o monarca «havia nascido com qualidades tais, que por si só poderia governar o seu reino». Depois, em pleno século xix, que tão cruel foi para a memória dêste ilustre Rei, o Visconde de Santarém, podia escrever em face da preciosa prova documental que apresentava: «No fim dos cinco primeiros anos do seu reinado começou El-Rei a dar mostras de quem era, ocupando-se sèriamente dos negócios do Reino, e como se a timidez e a indecisão que de princípio se lhe notava procedesse mais da falta de prática dos negócios e hábito de mandar, do que da desconfiança que tinha da sua própria capacidade, depois de ouvir os Conselheiros, resolvia os negócios segundo lhe parecia mais acertado, e logo que tomava uma resolução perceve-

(1) Embora não se trate propriamente de um tema italiano, temos prazer em publicar êste estudo inédito sobre a «Cultura Portuguesa no reinado de D. João v», em que o notável historiador português se refere em especial à influência italiana nêsse período, e em que resolve o importante problema da origem da «Rerum Lusitanicarum».

rava invariavelmente nela com tanta constância, que poderia ser tachado de obstinação, se nos preciosos documentos que publicamos se não encontrassem evidentes provas do contrário, e se êle mesmo nos não tivesse revelado que assim se havia, pelo receio que tinha que o tomassem por inconsiderado e leviano». E logo a seguir: «Mostrou igualmente grande inclinação para as letras e ciências, e já desde o ano de 1713 costumava assistir regularmente às sessões académicas, onde se davam prémios de ciência e de eloquência e que se celebravam com tôda a solenidade nos Teatinos. Amava as belas artes e as ciências, e honrava e favorecia aqueles que as cultivavam».

E isto foi escrito sem o conhecimento do Arquivo da Casa dos Condes de Tarouca que eu tive a honra de tornar conhecido em profundidade e extensão e que veio fazer incidir, como julgo, tanta luz sôbre a figura do *Magnânimo* que o século xix obstinadamente quis desconhecer criando à sua volta verdadeiras lendas que a luminosidade dos textos fez inteiramente desaparecer.

Assim, já hoje não podemos duvidar da importância e do interesse da política de D. João v. E quer sob o ponto de vista diplomático, quer sob o ponto de vista da política interna ou da actividade cultural do reinado, pode-se dizer que a-pesar dos erros cometidos, ficou de pé uma obra perante a qual o homem de boa fé tem ainda hoje de se curvar.

Em diplomacia, aproveitando as riquezas brasileiras, pôde-se renatar com o necessário brilho a obra grandiosa iniciada em 1640. Esta, a da *Restauração*, fôra de consolidação da independência ganha com tanto esforço, aquela, a do *Magnânimo*, constituia a tentativa, até certo ponto feliz, da reposição de Portugal no lugar que tivera no convívio europeu.

Sob o ponto de vista cultural o reinado foi de exuberante fecundidade. E ainda hoje, a cada passo, topamos, no campo das Artes, com êsse período que tão denegrido foi.

Na verdade em qualquer dos sectores da actividade artística e culta da nação vemos sempre nessa época o mesmo intenso labor, o mesmo desejo de criar e de aumentar o nosso património.

Com Mafra, que no dizer de Sousa Viterbo, é «o edifício de maior grandeza que existe no nosso país e que é digno de rivalizar com o Escorial» opinião bem oposta à de Herculano que o considerava uma «sensaboria de mármore», cria-se uma escola de belas artes «vincando a sua acção no restante do século XVIII».

Foi seu orientador João Frederico Ludovici, esse notável alemão italianizado a quem pretense o projecto do magestoso edifício. Segundo escreve Xavier da Costa foi êle quem «originou os architectos proficientes que vão aparecer na época pombalina». Depois, o ilustre Giusti, que viera para Portugal acompanhando a preciosa capela de S. João Baptista e que aqui ficara, foi para Mafra dirigir uma escola de modelação e de escultura, criando numerosos discípulos portugueses, como Salvador Franco, Roberto Luiz da Silva, Lourenço Lopes, Alexandre Gomes e José Joaquim Leitão. Isto já no reinado de D. José, tendo-se ido buscar à escola de Mafra, Machado de Castro, para executar a estátua do Monarca. Tudo tinha sido impulsionado e organizado no reinado do *Magnânimo*.

E as encomendas, que fazíamos para os grandes centros artísticos do estrangeiro não paravam: — era a sumptuosa capela de S. João Baptista, cujo projecto foi de dois architectos ilustres de Itália: Nicola Salvi e Luigi Vanvitelli e onde trabalharam dezenas de artistas de grande merecimento, como o canteiro Pietro Paolo Rotoloni, o serralheiro Agostino Conestri, o metalista Guerrini, os ebanistas Giuseppe Palmes e Gio Palmini, o ourives António Arighi, e ainda os metalistas Francisco Rosa e Agostino do Valle, o escultor Pietro Werchaffel, o pintor Massucci e quantos outros que colaboraram brilhantemente nessa joia de arte que enriquecendo o nosso património, veio dar uma lição

viva ao artistas de Portugal; foram mandados comprar pelo *Magnânimo*, só desde 1725 a 1727 e por intermédio de João Mariette — um erudito que era seu comissário em Paris —, cento e seis volumes in-folio com maravilhosas gravuras. E em quantas cartas do Marquês de Alegrete, camarista do monarca, para seu irmão e ilustre diplomata, o Conde de Tarouca, não vimos, encomendas de livros, de tapeçarias, de joias, sobretudo quando João Gomes da Silva estava na Holanda a representar-nos quer na Haia, quer no Congresso de Utrecht!

Se os objectos de arte entravam a cada passo nas nossas fronteiras, trazidas pelos nossos diplomatas ou por agentes especiais, também os artistas eram mandados vir a Portugal para criar escola, ensinar os nossos.

Já a alguns nos referimos e agora vamos juntar-lhes os gravadores Le Bouteux, Debrié, Simoneau, os Rochefort, o pintor Quillard, o estampador Harrewyn, os abridores de cunhos Mengin e Martheau e ainda os pintores Le Bault, Muien, Dioll, João Ranc discípulo de Rigaud e o genovês Femine que parece ter sido mestre de André Gonçalves. Compreende-se agora bem o motivo por que tiveram um tão grande impulso neste período as artes gráficas, que alguns dos nossos, como Vieira Lusitano, também enobreciam.

A encomendas de objectos de prata eram igualmente importantes. E D. João V foi um dos grandes clientes dêsse grande artista que foi Tomas Germain, filho de Pedro Germain e um dos representantes dessa dinastia de ourives que ainda contou os nomes de Francisco Tomas Germain e de Pedro Germain II, o Romano.

Germain Bapst, num trabalho curioso sobre esta família ilustre de artistas diz:

«Avant 1728, la maison de Bragance confiait aux orfèvres anglais l'exécution de ses commandes les plus riches; em 1724, notamment, le roi de Portugal avait demandé à Londres une baignoire d'argent du poids de 900 marcs. Mais la réputation de Germain (Tomas) s'était répandue en

Europe, et le sr. Mendès, commissionaire du roi de Portugal à Paris, l'avait signalé à son maître. Ses premiers envois ayant satisfait le roi, les commandes ne cessèrent plus d'affluer aux galeries du Louvre.

En 1728, il eut une première commande de 6.000 marcs d'argent et 8 marcs d'or.

En 1744, Germain avait fait pour cette cour six couronnes d'or, une croix de neuf pieds six pouces de hauteur et sept grands chandeliers de vermeil; le tout du poids de deux mille marcs: «d'une forme toute nouvelle», dit le *Mercure de France*, «et dans le goût romain, comme M. Germain en avait fait à Rome». Ces pièces existent encore à Lisbonne dans la chapelle Saint-roch, et on les croit de travail italien.

Le sr. Mendés lui avait commandé, en outre, peu de temps avant sa mort, les figures des douzes apôtres qu'il devait exécuter en argent. Thomas n'avait fait que les modèles quand la mort le surprit, et avait déjà reçu à compte la somme de 10.000 livres. A ce moment il lui était encore dû une certaine somme pour un service complet qu'il avait envoyé à Lisbonne».

Deu-se nesta época também um grande incremento à arte do azulejo. E entre os seus cultores mais interessantes devemos citar, António de Oliveira Bernardes e seu filho Policarpo, Bartolomeu Antunes e seu irmão João Antunes, André Gonçalves, Teotónio dos Santos, Joaquin Coelho, Domingos e Eugénio Alves, Dionísio da Costa.

São deles e de outros os azulejos da Igreja dos Loios de Évora (1711), os da antiga Igreja da Misericórdia de Estremoz (1712), os da Igreja do Santo António do Estoril (1719), os do extinto convento dos frades loios de Vilar de Frades (1736), os do convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja (1741), os da Igreja da matriz de S. Tiago em Estombar (1743), os dum registo da Rua do Possolo em Lisboa (1747), os de Santa Maria do Castelo em Tavira (1748) e ainda em Évora, os da Casa Pia, no Conventinho (1745), os da Igreja da Graça (1748), etc.

A par desta azáfama nacional, importavam-se lindos azulejos da Holanda e doutros países.

D. João v nomeava António Mengin «abridor geral de medalhas e moedas destes reinos». E este francês ilustre deixou alguns discípulos como o seu próprio filho, João Baptista Gomes, Manuel Luis Rodrigues Viana e outros.

Uma das artes sumptuárias mais apreciadas nesta época era a dos estofos e tapeçarias. Criou-se por isso entre nós a Real Fábrica das Sedas e de estofos preciosos em 1734. Foi seu dirigente um francês, Roberto Godin.

Também há notícia da fundação em Lisboa duma fábrica de tapeçarias de armar.

Se os artistas estrangeiros vinham para Portugal criar escola, D. João v também enviava os nossos para Roma onde se iam aperfeiçoar, e aí formaram o primeiro embrião da *Academia Portuguesa*. De lá nos veio depois de ter estudado com Benedito Lutti e com Trevisani «o pintor nacional de maior vulto e mais justificada reputação durante o século xviii», como escreve Xavier da Costa, o grande Vieira Lusitano. Também o escultor José de Almeida muito aprendeu com os grandes mestres italianos, assim como o pintor Inácio Xaxier, Domingos Nunes, Inácio de Oliveira Bernardes e muitos mais.

O gosto pelas coisas belas espalhou-se entre nós rapidamente e em todas as camadas sociais: João Gomes da Silva, Conde Tarouca apaixonava-se pela arquitectura, assim como outro ilustre diplomata da época, o Marquês de Fontes. Dona Ana de Lorena, camareira mór da Rainha foi discípula de André Gonçalves distinguindo-se como pintora. E Tarouca mandava vir para os seus, preciosidades da Holanda: tapeçarias caras, livros raros entre os quais maravilhosos Atlas como os de Gerardi Mercatoris que ainda existem na posse dos seus descendentes.

Enfim de ponta a ponta de Portugal cultivava-se a Arte com interesse e o Rei dirigia com superior elegância este período de bom gosto e de preocupações eruditas. Enrique-

cia-se extraordinariamente o nosso património artístico e Portugal enfileirava ao lado das nações mais cultas.

«Estávamos na época do fausto versalhense, escreve Alfredo Pimenta, dos congressos diplomáticos e das grandes despesas do Estado.

D. João v não nos deixou envergonhar diante dos outros».

Tudo isto foi possível porque do Brasil nos veio o dinheiro, que não era no entanto esse tesouro fabuloso como se tem espalhado, para custear tôdas estas grandes despesas. E não podemos dizer com justiça que êle fôsse mal empregado nessa ostentosa mas necessária acção externa, nesse amontuar de preciosidades artísticas ou na realização dêsses vastos planos de trabalhos de alta cultura, que demonstraram bem a nossa superior visão política, o nosso bom gôsto e a nossa inteligência.

Como ficam bem apagados os defeitos de D. João v ao pé dos seus altos merecimentos!

*

A 8 de Dezembro de 1720, dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino, tinha lugar numa sala dos Paços dos Duques de Bragança a inauguração solene da *Academia Real da História Portuguêsa*, benemérita iniciativa que se deve, no dizer do seu primeiro director, D. Manuel Caetano de Sousa, ao próprio Rei D. João v.

Já se tinha fundado a *Academia Francesa* (1634); a Espanha também já possuía a sua desde 1714 e o *Magnânimo* que era protector e sócio da *Academia dos Arcades* de Roma sob o criptónimo de Pastor Albano, talvez suggestionado pela existência dêstes centros de alta cultura e vendo a necessidade de se reunirem entre nós os intelectuais para a realização das obras que ainda não possuíamos e de que necessitávamos, criava a *Academia da História* que tantos beneficios trouxe à nossa literatura.

No decreto que a instituiu dizia o monarca: «Tenho resoluto, que se estabeleça uma Academia, em que se escreva a Historia Ecclesiastica dêstes Reinos, e depois, tudo o que pertencer a tôda a Historia dêles, e de suas Conquistas».

Anexa a esta instituição criava-se uma tipografia sôbre a qual escrevia o Ministro Diogo de Mendonça: «as intenções de Sua Magestade são de a querer estabelecer como a do Louvre...», e dela saíram trabalhos preciosos que honraram as nossas artes gráficas.

Cincoenta eram os sócios efectivos desta douta agremiação e entre os seus fundadores contavam-se os nomes illustres de D. Manuel Caetano de Sousa, que como dissemos foi o seu primeiro Director, dos Marquêses da Fronteira, de Abrantes e de Alegrete e do Conde da Ericeira, seus primeiros censores, do Conde de Vilar-Maior seu primeiro secretário, e ainda de D. António Caetano de Sousa, da P.^e André de Barros, de António Rodrigues da Costa, de Fr. Bernardo de Castelo Branco, cronista-mór do reino, de Lourenço de Gusmão, de Diogo Barbosa Machado, do Beneficiado Leitão Ferreira, do P.^e Jerónimo Contador Argote e de José Contador Argote, de D. José Barbosa, de José da Cunha Brochado, de Júlio Melo de Castro, do P.^e D. Luiz Caetano de Lima, de Rafael Bluteau e de muitos outros. Mas se estes nomes impunham a nova *Academia*, as obras que dela saíram tornaram-na para sempre crêdora do nosso maior respeito. A maior parte dêsses trabalhos vêem enumerados na *Memória do Progresso dos Estudos Acadêmicos* do Conde da Ericeira. E entre êles destacaremos os 15 volumes da *Colecção dos Documentos e Memórias*, a *História Genealógica da Casa Real Portuguêsa* com as suas *Provas* de D. António Caetano de Sousa (19 vols. de 1735 a 1748); a *História da Academia Real da História Portuguêsa* (1727) do Marquês de Alegrete, as *Memórias para a História de Portugal, que comprehendem o governo d'El-Rei D. Sebastião, único de nome, e décimo sexto entre*

os *Monarcas Portugueses* de Diogo Barbosa Machado (4 vols. de 1736 a 1751); as *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, de Francisco Leitão Ferreira (1729); as *Memórias para a História Ecclesiástica do Arcebispado de Braga*, de D. Jerónimo Contador Argote (4 vols. 1732-1747); as *Memórias para a História de Portugal que compreendem o govêrno d'El-Rei D. João I* de José Soares da Silva (4 vols. 1730 a 1734); a *Memória da Ordem Militar de S. João de Malta* (1.º volume, 1734) de Fr. Lucas de Santa Catarina, a *Geografia Histórica de todos os Estados soberanos da Europa* (2 vols. 1734 a 1736) de Caetano de Lima; as *Memórias para a história ecclesiástica do Bispado da Guarda* de Manuel Pereira da Silva Leal (1.º volume, 1729); *História da Santa Inquisição do Reino de Portugal e suas conquistas* de Fr. Pedro Monteiro (2 vols. de 1749 a 1750); as *Memórias Históricas de algumas ordens militares* do Doutor Alexandre Ferreira (2 vols. 1735), o *Vocabulário* de Bluteau, etc.

Este intenso labor intelectual mereceu ao notável arqueólogo e membro da Academia das Ciências de Berlim, o Dr. Hübner este comentário. «No século XVIII a *Academia Real da História Portuguesa*, fundada em 1720 por D. João V, apresentou, pela primeira vez, investigações propriamente históricas em substituição à literatura, por assim dizer monástica, em que se haviam baseado até então tôdas as indagações históricas e arqueológicas».

Na verdade foi a *Academia Real da História* a primeira organização cultural entre nós que em completos questionários dirigidos aos Arcebispos e Bispos, aos cabidos das catedrais, aos prelados das religiões, às câmaras municipais e aos provedores das comarcas fez inquirições minuciosas sobre história para serem respondidas em face dos documentos espalhados pelo país. Se o processo empregado não deve merecer aplauso, o mesmo não sucede à séria intenção que havia de escrever sobre o nosso passado. Também se deve a esta *Academia* a primeira tentativa de catalogação

dos documentos portugueses arquivados em Simancas e igualmente o primeiro inventário dos *dolmens* que se conhece na Europa.

Pelas matemáticas teve o soberano grande interêsse. Assim o diz António Ribeiro dos Santos: «O sr. Rei D. João V teve por estes estudos especial inclinação, que poderia subir a mais algum ponto a favor dêles, se a educação tivesse promovido o seu espírito para esta parte. Êle mandou buscar primorosos instrumentos para as operações matemáticas, e até mandou vir de Itália três insignes professores desta ciência, que foram os Padres Francisco Musárria, natural da Sicília, Domingos Cappacci e João Baptista Carbone, Jesuitas, que espalharam luzes e concorreram a excitar o estudo dos nossos».

A Merveilleux, notável naturalista francês, encarregou D. João V de escrever a história natural do nosso país e Bernardo Santucci veio de Itália para ensinar anatomia no Hospital Real de Lisboa.

Foi ainda dentro dêste alto pensamento cultural que presidiu à realização de tantas obras magníficas, que se constituiu a colectânea monumental de cópias de documentos portugueses existentes nos Arquivos Papais sobre as nossas intensas e importantíssimas relações com Roma — a *Rerum Lusitanicarum*.

*

Os primeiros cento e nove códices da *Rerum* foram organizados sob a direcção de Manuel Pereira de Sampaio, figura curiosa de diplomata, que tem sido tão diversamente julgada. Lúcio de Azevedo, apresenta o plenipotenciário de D. João V junto da Santa Sé como um ambicioso e intrigante, e o próprio Papa Bento XIV, em carta para o seu íntimo amigo o Cardeal de Tencin, dizia que êle era *rusé et plein d'artifices*.

Por nosso lado defendemo-lo das acusações que lhe eram

dirigidas por ver a sua atitude inteligente e altamente patriótica em face da nossa mediação entre Roma e Viena. Nessa altura Sampaio mostrou tão boa vontade em servir, tanta clareza e acerto nos prognósticos que fazia parte a sua côrte, tanta maleabilidade e tacto para conseguir as difíceis pretensões do Rei português, que nos mereceu a mais viva simpatia. Para com Sebastião José de Carvalho, então em Viena, o seu papel foi o de um homem que tudo põe de parte, que tudo sacrifica para servir o seu país, humilhando-se mesmo perante o orgulhoso negociador que tínhamos mandado à capital do Império.

No entanto os inícios da sua carreira em Roma, apesar de constituírem uma página vulgar da vida, mostram que a lealdade e outros atributos duma alma bem formada andavam um pouco afastados da sua maneira de ser. E no entanto Pereira de Sampaio era de origem distinta, descendia dos Sampaio de Pombeiro, sendo filho de Jacinto de Vilalobos e Sampaio da Costa, Guarda-Roupa de D. Afonso vi.

Em 1734 já o sabemos em Roma, e também temos conhecimento do grande desejo que tinha de se empregar nos negócios de Portugal.

Estava então na cidade Eterna como nosso representante diplomático Fr. José Maria da Fonseca de Évora, que juntamente com as complicadas negociações de que fôra encarregado pelo seu governo tratava das numerosíssimas encomendas que de Lisboa lhe fazia o *Rei Magnânimo*.

Carbonne que viera para Portugal com outro jesuita illustre Capacci, adquirira grande influência na nossa côrte, e depois de ter sido durante 3 anos mestre de D. Maria Bárbara, filha de D. João v e que veio a ser Princesa das Astúrias e Rainha de Espanha, encarregaram-no da correspondência com Roma.

Era a nossa *Eminence Grise*... e por detrás da cortina ia dirigindo muitos negócios importantes. Com Pereira de Sampaio cartiava-se freqüentemente e ia-lhe alimentando a esperança de vir um dia a ocupar o lugar então exercido

por Fonseca de Évora. E Sampaio desejoso que tal viesse um dia a acontecer esforçava-se em Roma, por cativar as simpatias do seu Rei.

O jesuita italiano interessava-se de facto junto de D. João v pelo seu protegido e sempre que podia valorizava-lhe os méritos. Assim, em 1734, dando parte ao Rei que Sampaio conseguira para S. Pedro um confessionário com o dístico *Pro lingua lusitana*, exagerava-lhe as aptidões. E pouco tempo depois de ter ocorrido este facto escrevia: «Também se ocorrer algum papel curioso, e raro, que entenda não possa chegar por outra via, remeta-mo para o pôr nas mãos do mesmo Senhor. Por este modo e com as antecedentes introduções que já tenho feito, capacitando ao mesmo Senhor da grande capacidade, e préstimo de VM. não duvide que finalmente há-de ter a consolação que justamente deseja de ser ocupado em cousas pertencentes ao serviço de S. Magestade».

Mas o tempo passava e de Roma, Sampaio, impacientava-se. Carbone apressava-se contudo o serenar o seu amigo: «Vejo que VM. tem uma louvável impaciencia de que Sua Magestade acabe de mostrar que conhece o seu zelo, capacidade, fidelidade no seu serviço, e que o ocupe em alguma coisa para que nessa Corte se veja que o seu Monarca faz algum caso de VM.; e como tudo isto procede em VM. de honra, e brio, pois não tem outro interesse, nem ambição, como claramente me escreveu em muitas cartas, e o mostra no seu modo de obrar não tenho que estranhar esta tal impaciencia, antes devo louvá-la. Porem é preciso dizer-lhe, que por grande que seja o conceito que Sua Magestade tenha de um homem, não se ha-de servir dêle, senão em tempo habil, e quando a ocasião é oportuna. Está o dito Senhor tão capacitado do prestimo, e honra de VM. que não é necessario dizer-lhe mais: tanto assim que no outro dia falando-lhe largamente na Pessoa de VM., e em tudo o que VM. tinha obrado para promover o seu Real serviço, e a prudencia, com q̃ se havia para não escandalizar a quem corria com os negocios, ajudando ainda que occultamente

para o bom successo deles, disse S. Magestade que isto he ser vassalo honrado; e me ordenou que particularmente lho agradece-se de sua parte.

Continue VM. a obrar honradamente, como faz, e esteja na certeza que o seu tempo chegará; nem é tam grande cousa o que VM. deseja, que haja de custar muito a alcança-la, porque finalmente não pertende mais, se não que corra por VM. as encomendas do seu Real serviço, no que mais interessado é o mesmo Senhor do que VM., sendo indubitavel que ha de executar tudo com o maior acerto que desejar se pode, pela sua grande compreensão, e actividade; e este conceito me deve VM. sem que nisto o linzongie. Me perguntará VM. porque ainda se não começa a encomendar-lhe alguã cousa? Respondo, porque ainda não é tempo. Perguntará mais VM. quando será este tempo. Respondo, quando menos se cuidar. Para lhe falar claramente, (e já o dei a entender a VM. em outra ocissão): Enquanto Fr. Joseph corre com esses negocios, os quaes não acha por ora conveniente S. Magestade de os remover da sua mão, não querer dar-lhe ocasião alguma de entrar em ciumes, nem que suspeite que se desconfia dele. Esta é a razão, porque por ora não é fácil escolher pessoa que corra com as encomendas de S. Magestade. Nem algumas cousas que eu tenha encomendado ao P. Fonseca o pudera fazer, se não viesse a comunicação de mais longe, ainda antes de estar encarregado Frey Joseph dos negócios da corte. Sem embargo de tudo isto, tal poderá ser a combinação das cousas que ainda durando as mesmas circunstâncias se possa encomendar a VM. alguma cousa de real serviço: Não sei como melhor me explicar».

Na verdade era tudo isto bem claro, e o plano preparado pela fina astúcia de Carbone havia de dar os seus frutos. O jesuita ia por outro lado criando um amigo devotado, de cujo talento e ambição era possível desde já prever que viria ocupar num futuro próximo um lugar de importância! O interêsse manifestado não era apenas no intuito de auxi-

liar o próximo... Tudo era preparado com cuidado pelo jesuita palaciano para que o projecto não falhasse:

«Desta mesma noticia, e circunstancias pode tambem VM. inferir que não perco ocasião alguma para confirmar cada vez mais o conceito e estimação que S. Magestade faz da Pessoa de VM., e bastantemente o tenho acautelado, para que a inveja lhe não faça prejuizo algum; sem embargo de que sempre deve VM. obrar com a mesma prudencia, e circunspecção, ajudando, ainda que seja occultamente, os interesses do proprio soberano porque havendo um amigo fiel às ilhargas do mesmo não deixa de lhe participar fielmente as noticias».

E continuava: «hem bem que VM. se tire o prejuizo que tem na cabeça, de que em quanto o não ocupa no seu Real serviço, fazendo-lhe encomendar as cousas que manda vir de Roma não faça de VM. a estimação que merece; porque já tenho bastantemente declarado a VM. a unica demora, que nisto há, e que quando menos se cuida se poderá vencer; nem eu tenho ainda proposto expressamente e S. Magestade, que fizesse encomendar a VM. esta ou aquela cousa, porque nunca veiu isto a talho; porem tenho insinuado em várias ocasiões ao mesmo Senhor que ninguem o ha de servir com maior zelo e intelligência nas cousas que se lhe encomendarem do que VM., e S. Magestade se mostrou sempre persuadido desta verdade, e inclinado a acupa-lo: donde espero que chegará o seu tempo».

E Carbone sempre que podia ia ler a D. João v as cartas que recebia de Pereira de Sampaio.

Entretanto, em Roma, onde se apreciava o alto valor dêsse illustre português que tanto se esforçava por ser agente das encomendas da sua côrte, primeiro, para depois ascender a representante diplomático do Magnânimo, era-lhe oferecido pelo Cardeal Camerlengo um *Bispado de anel*. Mas Sampaio prudentemente não aceitou, attitude que era aplaudida aqui de Lisboa por Carbone: «porqne nisto deu melhor a conhecer a sua independencia; e também a attenção ao

seu soberano, em cujo serviço deseja antes empregar-se, do que adquirir maiores honras, e conveniências; prometo a VM. que não deixarei às escuras estas notícias, e advertências».

Tudo era assim bem estudado... e representado!...

Foi então que Pereira de Sampaio já cansado de tanta demora na resolução de Lisboa a seu respeito, começou abertamente a intrigar. O seu intento era desacreditar na corte de Lisboa, Fr. José Maria da Fonseca.

E o jesuíta escrevia-lhe: «Tenho entendido perfeitamente quanto VM. me tem declarado em várias cartas acerca dos nossos negocios com essa Corte e do mal que vão guiados».

Depois, já sem rodeios, oferecia-se para tratar de casos especiais. Carbone leu essa carta a D. João v, mas este achou sensatamente que «não era conveniente à sua autoridade, e ao seu decoro, que tendo ele em Roma quem tratasse como Ministro as suas dependências com todas as instruções necessárias para poder obrar e concluir os negócios, se quizesse uzar occultamente de outro canal para tratar dos mesmos».

Pereira de Sampaio, em carta de 9 de Julho de 35, volta à carga, contando as suas diligências em Roma; e Carbone respondia-lhe a 23 de Agosto seguinte:

«A dita carta de VM. mereceu todo o agrado de S. Magestade, a quem a comuniquei inteiramente, nem duvidarei de comunicar todas as mais que vierem feitas pelo mesmo estilo; quero dizer, sem mostrar nelas outro intento algum, que de mostrar-se bom vassalo, fiel, e desejo de servir ao seu soberano, ainda que nada se soubesse do que VM. obra em abono do seu Real serviço. Estas notícias comunicadas desta sorte lhe grangerão mais crédito, do que fora VM. encarregado do Ministério; porque tudo o que VM. fizesse naquela suposição, além de ser obrigado a fazê-lo, nunca poderia agradar sem que se visse o efeito das suas diligências e agora tudo o que faz é estimável, e digno de louvor,

porque faz movido de zelo, e honra sem pretender nem ainda a glória de o fazer, porque oculta a sua mão. VM. tenha a certeza, que havendo, quem dê a S. Magestade as notícias da sorte, que eu lhas dou, nada vem a perder antes ganha muito ainda obrando occultamente».

O italiano era bom conselheiro e um ótimo auxiliar..., Sampaio devia-lhe estar reconhecido...

Ainda nesse mês de Agosto, a 30, o padre Carbone escrevia em grande confiança ao seu dilecto amigo, pedindo-lhe para que rasgasse esta sua carta... o que o outro não fez! Dava-lhe a notícia de que o grande desejo de D. João v nesse momento era de conseguir a perpetuidade do capêlo para o Patriarca de Lisboa por Bula ou Breve Apostólico «sem que isto prejudique a Nomina desta Coroa, se não quando muito que possa discontar-se, se succeder em alguma ocasião dar-se o Capêlo antes de caber a Nomina, de sorte que seja como Nomina antecipada». Ora se Pereira de Sampaio fôsse tratando deste assunto, o Rei rejubilaria, pois não desejava apresentar a proposta, querendo que a iniciativa partisse de Roma.

Um mês depois o jesuíta fazia-lhe a primeira encomenda: um ostensório com relicário para figurar nas procissões do Convento do Destêrro. E recomendava: «estimava infinito que viesse a cousa muito boa, e barata porque sem duvida ha de elle (Fr. Marcos Pinheiro, Monge de S. Bernado que assistia no Paço, servindo S. Magestade) mostra-la ao Patrão, o qual hade querer saber quem a manda fazer em Roma e se for de satisfação, bem vê VM. que serve muito o nosso intento. Advirto porem, e muito seriamente a VM. que de nenhuma sorte gaste do seu, occultando parte alguma do dito gasto porque além de se faltar com isto à verdade, poderia prejudicar as outras ocasiões, porque se faria paridade de uma cousa com outra. VM. bem me entende, e assim não me explico mais».

Sampaio esmerou-se em bem servir e o ostensório agradeu ao Rei que o observou cuidadosamente, sendo o seu

preço razoável — 32 escudos e 44 baiocos — «no que não excedeu a minha instrução» como dizia Carbone.

Daqui partiram os serviços de Pereira de Sampaio à corôa portuguesa.

Conseguido o primeiro passo no caminho das suas mais caras aspirações o protegido do jesuíta italiano, quiz caminhar depressa pois o tempo passava e êle desejava triunfar. Sentia-se com condições para exercer um grande papel na diplomacia portuguesa. Então as suas informações sôbre Fr. José Maria, o Ministro português, pioraram ainda mais. Carbone já andava alarmado, com medo que êle se prejudicasse. E o plenipotenciário de D. João v na Cidade Eterna começou a desconfiar do que contra êle se maquinava ocultamente fazendo-o notar ao ambicioso português.

Mas Carbone, em Lisboa, trabalhava sem cessar pelo triunfo do seu *discípulo* e depois de esforços sem número, tinha finalmente a consolação de ouvir da bôca do Rei, depois da leitura de algumas cartas de Sampaio: «Isto é ser um homem de prestimo».

Estava ganha a partida.

Em Janeiro de 1738 começava a série infundável de encomendas. Pereira de Sampaio devia mandar ver em Roma os Arquivos e Registos da Congregação de Bispos e Regulares desde o primeiro ano do Pontificado de Alexandre vii até à data em que Carbone lhe escrevia sôbre esta matéria, e as cartas que haviam saído da cidade dos Papas sôbre a fundação do Convento do S.^{to} Crucifixo de Lisboa das religiosas francêsas Capuchinhas que «vieram para Lisboa em companhia da Senhora Rainha Maria Francisca Isabel de Saboia... e todas estas ordens ou cartas venham trasladadas de verbo ad verbum».

Alguns meses depois eram-lhe pedidas mais cópias de documentos. Dizia-lhe Carbone.

«Ordena-se-me encomende a VM. uma diligência, e vem a ser a seguinte. Não se pode aqui descobrir em latim a Bula de Clemente vi dada em Avinhão aos 4 de Janeiro do

ano 8.^o do seu Pontificado, em que concedeu que se unisse à Capela de S. Sebastião, de que se fala nas anotações inclusas, o primeiro Canonato que vagasse naquela Sé. Só se acha um traslado tirado da Torre do Tombo, onde entre outros documentos, vem a dita Bulla traduzida em Português e muito mal. Ordena pois S. Magestade que VM. a seu comodo a faça buscar nos Arquivos dessa Cúria, e remeta uma cópia dela autentica».

Já com encargo de tratar de tôdas as encomendas da nossa côrte, Sampaio não só cumpria as ordens que recebia, como comprava objectos por seu livre arbitrio e enviava-os para Portugal. Isto chegara a tal excesso, que Carbone lhe dava ordens terminantes para restringir as despesas que fazia.

Assim, em carta de 1 de Novembro de 1739, dizia-lhe o jesuíta: «Nas mais despesas deve VM. evitar toda o superfluidade, e multiplicidade delas sem necessidade, procurando poupar em tudo, porque assim o tem declarado S. Magestade, que reserva só para si as liberalidades, e generosidades de Príncipe». E poucos dias depois insistia:

«A respeito das despesas que correm por mão de VM., me vejo obrigado a advertir-lhe, que deve procurar toda a possível moderação; não só evitando as superfluas, mas coartando também as precisas: chamo precisas as que S. Magestade manda fazer, como são as que correm nas expedições de Breves, ou Bulas, e nas compras das encomendas que o mesmo Senhor manda vir por via de VM. superfluas são as que VM. faz voluntariamente e sem ordem da Corte, ainda que ordenadas ao Real serviço, porque muitas destas não tiveram aprovação de S. Magestade nem é necessário, que as individue, bastando dizer a VM. em geral que o mesmo Senhor não mostra satisfação, que se gaste dinheiro, se não unicamente no que é preciso, ou no que expressamente se ordena, e ainda nisto recomenda sempre todo o cuidado para que não haja o menor excesso no preço antes que se procure toda a maior conveniência a favor da fazenda Real:

nem admite o principio, com que alguns se querem governar, de não fazer caso do preço quando se compra para El Rei. Algum dia se julgava lisonja de S. Magestade em dispender muito; agora a maior lisonja será gastar pouco. Isto que digo não é minha ideia e tenho ouvido em varias ocasiões ao mesmo Senhor; e assim uze VM. de toda a cautela, e advertencia nas despesas que lhe mandão fazer».

Como se vê D. João v se gastou fortunas em proveito de Portugal não desejava que o seu dinheiro se esbanjasse. Mais tarde, já sendo Sampaio representante official do nosso Rei, Carbone dizia-lhe. «VM. tem um conceito mui errado (como o tem fora quazi todos) da riqueza do erario desta coroa: e eu estimo que assim se suponha, porque este conceito a faz mais respeitável: porque eu tenho noticia certa, e evidente em contrario». E mais adiante, nessa mesma carta: «Hé certo que seria esta Coroa riquissima, se S. Magestade não tivesse despendido os milhões que despendeu nos particulares do seu genio, ou appetite: e se não continuassem as mesmas despesas nas mesmas ou semelhantes materias; e como se tem exaurido tanto sangue, por isto enfraquece muito qualquer sangria».

Quando morreu Clemente xii, o conclave que reuniu para eleger o novo Papa dava mostras de se eternizar. «Il fallut six mois pour faire le Pape» escreve Heeckeren; e Carbone mandou dizer a Sampaio que D. João v gostaria de ver eleito a Cardeal Ruffo e que elle desse a entender este desejo do Rei português. O protegido do Jesuita italiano ia subindo na consideração da côrte! Afinal, a eleição recaiu no grande Cardeal Lambertini — Prosper Lambertini — o Arcebispo de Bolonha, o autor eminente do *De servorum Dei Beatificatione et Canonisatione* que ao ser preguntado se aceitava a tiara, respondeu: «Aceito por três razões: a primeira para não desprezar o vosso beneficio; a segunda para não resistir à vontade de Deus; e a terceira para dar fim a estes comícios que julgo são de escândalo a todo o mundo».

O conclave fôra na verdade agitado, e durante a sua rea-

lização morreu o Cardeal Ottoboni, um dos papáveis, e ainda dois cardeais — Cenci e Altieri — dum desastre no escrutínio, adoeendo o Cardial Porzia. E afinal foi grande a satisfação pela escolha de Lambertini que tomou o nome de Bento xiv: «Jamais élection ne fut plus généralement applaudie que celle de Benoit xiv, tout Rome était dans Saint Pierre lorsqu'il y descendit et l'église retentit continuellement des cris de joie, des acclamations et des vive le pape».

Na verdade havia razão para isso. Bento xiv foi um dos maiores Papas da longa teoria romana.

Entretanto Fr. José Maria da Fonseca de Évora tinha ordem do Monarca português para abandonar o seu cargo. Não estavam em Lisboa satisfeitos com elle para o que contrubuiram as intrigas de Sampaio que ganhava mais uma vitória. O momento do triumpho definitivo estava perto.

O bispo eleito do Pôrto não poz entraves à sua saída de Roma e em Novembro de 40 escrevia já de Barcelona «contando os trabalhos da sua jornada».

Começaram então a chover as benesses sôbre Pereira de Sampaio. Por um lado Bento xiv queria-o fazer arcebispo; e da sua côrte, ainda que de princípio houvesse opposição a que occupasse o lugar de representante diplomático, recebeu finalmente tão honroso encargo.

Em carta de 18 de Outubro de 42, Carbone dizia-lhe:

«Já daqui em diante não terá VM. motivo de se queixar que lhe falta crédito e autoridade para obrar com efficácia nas ocasiões. Eu lhe confesso ingenuamente, que sem embargo de ter na mão há tanto tempo este negócio já concluido, pois já em 4 de Julho estava escrita a carta com a declaração que S. Magestade manda fazer ao Papa a respeito do crédito que deve dar a VM. nas representações que em seu Real nome fizer a SS.^{de}, com tudo nunca estive com o ânimo quieto, e socegado, parecendo-me que tôdas as horas se poderia mudar esta real determinação; e apenas me persuado hoje que estamos livres de perigo. Esta honra, e muito mais a de lhe escrever S. Magestade a deve VM. à

suma benignidade, e benevolência do mesmo Senhor, pois ninguém contribuiu para ela nesta côrte (tiradas as minhas fracas diligências e insinuações): e isto é tanto assim que ninguém mais o sabe até agora, excepto o Sr. Marco António (Marco António de Azevedo Coutinho, Ministro de D. João v) a quem se lhe participou em segredo com a ocasião de lhe haver de escrever a carta de próprio punho e incluir-lhe a de S. Magestade; e sem embargo de ir aquela carta de 4 de Julho referendada com tôdas as demais pelo Sr. Pedro da Mota, como se lhe remeteu misturada com algumas outras cartas para as referendar com pressa, estou na certeza que não teve lugar de a ler, e de reparar na sobredita declaração. Se eu não guardasse êste segredo com todos, e ainda com os amigos de VM. Deus sabe a poeira que se levantaria, e o fim que teríamos. Não duvido que se levantará depois que se souber; mas então não poderá embarçar o efeito da real clemência para com VM.». E nessa mesma carta, Carbone comunicava a Sampaio que não devia assinar Ministro de Portugal mas sim «encarregado dos negocios de S. Magestade Portuguesa na Corte de Roma». Assim, com *pés de lâ* Manuel Pereira de Sampaio, tendo a preciosa colaboração do jesuita italiano, sem a qual nada faria, conseguia atingir o seu objectivo. E diga-se de passagem que no exercício do seu cargo, primeiro como *encarregado de negócios*, depois como *Ministro de Portugal*, soube êste português ilustre representar-nos à altura do Rei que possuíamos e do país que voltávamos a ser.

Mas se os serviços de Sampaio foram na verdade de alto valor para Portugal, as honras que recebeu do seu Rei não foram menores: o fôro fidalgo, duas comendas de subido valor e muitas mais distinções.

E as encomendas continuavam a chegar-lhe da sua côrte: livros, documentos, joias, desenhos, novidades, de tudo êle tinha que se encarregar.

Quanto a essa colectânea monumental de documentos copiados em Roma e referentes a Portugal — a *Rerum Lusi-*

tanicarum — não se tem conhecido até agora a sua origem, sabendo-se apenas que fôra Sampaio o seu organizador até ao volume 109 como consta do frontispício do Índice Geral. Não nos tendo contentado apenas com estas vagas referências resolvemos lêr uma por uma, as cartas de Sampaio e de Carbone; e nas referentes ao ano de 1744 encontrámos as seguintes passagens:

Escrevia o nosso representante diplomático em Roma, a Carbone:

« Remeto também um índice recopilado do arquivo da Coroa, que tenho feito parecendo-me ser um serviço muito particular e de grande utilidade, visto ser a única Coroa, que nesta Côrte não tinha arquivo visto não merecerem sem.^e nome os poucos papeis que deixou o Bispo do Porto constando a maior parte de sátiras de Conclaves, como se pode ver de sua lista ». E ainda noutra carta da mesma data para Alexandre de Gusmão, dizia: «...peço queira por curiosidade passar pelos olhos um Index recopilado do Arquivo que aqui tenho feito para a Coroa, cujo o Index mando hoje, parecendo-me que não seja de pequena vantagem ao ministério de Roma, e também para a Corte por muitos títulos »

Por seu lado, Carbone, respondia ao Ministro: « Louvou muito o mesmo Senhor o cuidado de VS. em fornecer o nosso Arquivo dessa Curia de todos os papeis que pôde descobrir pertencentes a nossa Coroa; contudo pelo Index que VS. remeteu se vê que lhe falta ainda muita cousa. Pelo que manda S. Magestade recomendar a VS. que complete uma obra tão louvavel e importante ».

Terá partido daqui a ideia da organização da *Rerum*, ou tratar-se-á apenas da constituição do fundo do Arquivo da nossa Legação em Roma, a que o recente trabalho do Mgr. José de Castro — *Portugal em Roma* — faz tão circunstanciadas referências?

Ora o cód. 47-XII-24 da Biblioteca da Ajuda, em que ninguém reparou até agora e que é um índice dos primeiros

3o volumes da *Rerum*, traz um *Avvertimento* bastante elucidoativo:

«Questo libro contiene l'Indice di trenta volumi, che sono già terminati e legati; e ve ne sono ancora altri sei volumi col Titolo di *Symmicta* contenenti Decreti, Duti, Risoluzioni della Congreg.^{ne} de Propaganda Fide, spettanti alle Missioni del Regno di Portogallo, e sue Conquiste, li quali non si sono registrati nel presente libro, perche non è compito l'Indice da presfiger si à ciascheduno di essi.

Di più sono terminati nove volumi di Decreti, Memoriali, scritture et della cong.^{ne} de Vescovi, e regolari, spettanti al Regno di Portogallo cioè due à Vescovi Portoghesi dall'an: mille seicento ottanta fin al mille setecento e sete. Quattro alle Monache dal mille seicento ottanta al mille seicento novanta cinque. Tré alli religiosi parim.^{te} Portoghesi dal mille seicento al mille seicento tre.

Sono ancora fatti quindici volumi appartenenti all'Istoria, Religione, e Riti Cinesi (opera de Monsig.^{ri} Mairot, Visdelou, e Fouquet).

Di tutti li finqui mentovati volumi non se ne dà in q.^{to} libro il catalogo, perché al compimento della serie de med.^{mi} mancano molt'altri volumi, da copiarsi dalla Vaticana, e dall'altre Libr. et Archivi di Roma; cioè delle materie de Vescovi, e Regular; quindici volumi in circa, restringendosi però alle cose più rilevanti, poichè se si volesse fare la raccolta di tutto quello trovasi in d.^a Congreg.^{ne} dall'anno mille cinquecento setanta quatro, fin al pñte ascenderebbe l'opera a sessanta volumi in circa.

Dell'Istoria, Relig.^{ne} e riti Cinesi oltre li quindici volumi già terminati, altrettanti restano à farsi.

In oltre, ve ne sarebbero da copiarsi dalla Vaticana, e dalli Mss. dell'altre libr.^{rie} di Roma trenta volumi in circa, parte delle materie già indicate nel p.^{mo} Catalogo, e parte di materie nuove, e relevantissime, che di man'in mano si vanno scoprendo nel far lo spoglio generale si

della Vaticana, come delle altre libr.^{rie} et archivi di Roma, delle quali insieme colli volumi accennati, fatti, e da farsi se ne darà in appo un esatto Catalogo».

Julgo que depois de se conjugarem estes elementos não podem restar dúvidas que as passagens das cartas que transcrevemos se referem à *Rerum* e que o *Indice* a que acabamos de fazer menção foi o enviado por Pereira de Sampaio. Estamos absolutamente convencidos disso.

De maneira que a ideia desta compilação partiu do nosso Ministro em Roma que desejou constitui-la para servir de fundo do arquivo da nossa legação. Depois, por qualquer motivo, veio para Portugal.

Por seu lado D. João v não só deu o seu assentimento a que a colectânea documental se realizasse como ordenou expressamente, como vimos, que ela fôsse o mais completa possível. O assunto parece-me que fica perfeitamente esclarecido.

Na correspondência de Sampaio e de Carbone depois de 1744 mais nenhuma referência de interesse encontramos sobre a *Rerum*.

Quanto ao custo desta obra conhecemos várias referências em autores portugueses, não sabendo no entanto onde elles se foram basear para as suas afirmações, pois não o dizem. Assim, Bernardes Branco, escreve que Portugal gastou nela 200 contos e António Sardinha garante que a despesa foi feita à custa do Rei.

Depois de muitas pesquisas sem resultado, encontrámos finalmente, também na Biblioteca da Ajuda, no *Livro Maestro* da legação de Portugal em Roma referente aos anos de 1731 a 1747 a notícia da despesa que se fez com a maior e a mais importante parte da *Rerum Lusitanicarum*.

Evodio Assemani recebeu das mãos de Sampaio nos anos de 1744 e 45, 7.000 12 $\frac{1}{2}$ escudos romanos, pela copia de 109 volumes.

E ao monge carmelita, Eduardo de S. Francisco Saverio, foi pago em 1747, pela cópia de 42 volumes e encadernação

de 127, 1.800 escudos romanos. Portanto por 8.880. 12 $\frac{1}{2}$ escudos romanos ficou, pode-se dizer, a *Rerum Lusitanicarum*, pois os outros volumes que faltam para completar os que nos vieram, devem ter sido compilados por Fr. José Maria da Fonseca de Évora, segundo as próprias indicações de Sampaio quando se refere ao que encontrou em Roma como arquivo da legação.

A obra foi dirigida de princípio directamente por Assemani, Prefeito da Biblioteca do Vaticano, como consta do frontespício do *Indice* que acabamos de fazer referência, e nela trabalharam como copistas, como é da tradição, até Cardeais.

Inicialmente — vê-se do Índice Geral — a colectânea attingia um número de volumes respeitável — duzentos e trinta e sete —, estando hoje reduzida ao número ainda imponente de duzentos e vinte e dois com mais três de Índice e ainda um volume impresso que foi separado do 160 e mandado encadernar à parte por Herculano.

Esta colecção preciosa que honra o monarca que a mandou organizar, no dizer de Silvestre Ribeiro, está arquivada, como é sabido, na Biblioteca da Ajuda, e sobre ela tem pesado um silêncio de Morte.

Atribuímos o facto à má impressão que o grande Herculano tinha da monumental colectânea, bem injustificadamente, como ousamos pensar, ainda que contrariando o critério do Mestre insigne.

Em 1873 ou 74 Alexandre Herculano escrevia de Val de Lobos esta mal humorada carta ao académico João Pedro da Costa Basto, seu continuador na publicação dos *Portugaliae monumenta historica*.

« Am.º João Pedro

« A Colecção de documentos vinda de Roma foi mandada fazer no tempo de D. João v pelo nosso ministro ali o cavalheiro Sampaio. É conhecida pelo título de *Symicta*

Lusitanica, título, que aliás só pertence a uma parte dela. Compõe-se hoje de duzentos e tantos volumes, tendo-se extraviado alguns ou na ida de D. João vi para o Brazil, ou na volta d'ele a Portugal. Do Índice Geral, que ainda resta, se deduz que a perda não foi importante. Dirigiu, ao menos no princípio, os trabalhos da compilação um certo Assemani, que não sei se era o celebre orientalista. Dizem que custou muito dinheiro, como custava a D. João v quantas mercadorias lhe vinham de Roma, quer temporais, quer espirituais. A colecção é um pouco semelhante ás antiguidades e ás indulgências que se fabricam na capital do orbe católico; fraca obra. No rosto anunciavam-se copias dos Arquivos do Vaticano e de outros cartórios e bibliotecas da cidade eterna. Destes tiraram-se na verdade documentos e memorias, muitos dos quais são importantes e curiosos. Tais são os três volumes relativos à Inquisição e aos judeus, várias bulas relativas à nossa idade média etc. Do Vaticano é que nada se tirou. É verdade que muitas vezes se cita à margem o lugar dos Arquivos pontificios onde o original está; mas é facil de conhecer que o documento foi copiado de um livro impresso, onde se achava publicado. Os Anais de Reynaldo, sobre tudo, foram postos a sacco, copiaram-se documentos até de livros portuguezes que andam nas mãos de todos. Parece que em Roma estavam persuadidos de que na côrte de Lisboa ninguem abria um daquêles volumes de compilação quando chegava aí. Talvez tinham razão. A parte desta mole indigesta de volumes em folio aproveitavel para a história, ou ainda apenas interessante, é assaz diminuta. Os volumes que contem mais cousas uteis são os que pertencem á Symicta, posto que encerram muitos papeis de nenhum momento. Um dos assuntos que occupa larga serie de volumes é a colecção de memórias ácerca da China dos missionários lazaristas franceses (!) Maigrot, Visselou etc. com quem tanto brigaram os jesuitas (brigas cuja história escandalosa seria a prova irrefragável do que são e o que valem essas missões e corporações. Uma colecção das

actas dos consistórios, pela maior parte de nenhum valor, as lutas de Roma com os estados de Nápoles sobre o censo, o padroado, as anatas etc. também absorvem numerosos volumes. Tudo cousas que mediocramente nos importam. De certa altura por diante, a colecção torna-se um verdadeiro ludibrio: quanto papel ridículo por lá acharam, foram-no encadernando em tomos de folio e 4.º. Breves de hábito retento, licenças a freiras para saírem dos mosteiros, concessões para oratorios particulares e outras materias da mesma gravidade é o que por lá se encontra, geralmente falando. Da ignorancia ou negligencia com que foram copiados os documentos ali inseridos escuso de lhe dizer nada. Teve ocasião de observar os inumeráveis erros e descuidos dos copistas quando aproveitou para a colecção diplomática algumas cousas daquela copilação.

Em suma, a colecção chamada por sinedoque *Symmicta Lusitana*, sem que se possa dizer que é uma coisa desprezível, está muito longe de merecer a reputação que entre os eruditos se lhe tem feito mais por fama do que *de visu*. É tradição que o Marquês de Pombal mandara levantar aquela cesta da manjadoura da curia romana. Naturalmente examinou por si a mercadoria e viu o que ninguém vira que o rei era roubado apostòlicamente. É crível a tradição, supostas as propensões do marquês para a impiedade.

Sobre a generalidade do assunto é o que lhe posso dizer daqui destas brenhas por simples reminiscências. Se em especial desejar saber alguma particularidade pergunte, e eu responderei ao que souber.

Val-de-Lobos

Am.º

Herculano»

Há nesta carta uma má vontade manifesta contra a obra que se começou a realizar no tempo de D. João v. Herculano estava ferido gravemente pela luta que acabava de ter com o clero e o seu espirito de feição nitidamente libe-

ral fazia-lhe ainda por cima avolumar o seu despeito para com tudo que estivesse ligado à Igreja e ao trono dos Reis absolutos.

Parece-me que as razões que apresente para atacar a *Rerum* e as missões religiosas são da mesma fôrça probatória!

Não compreendemos sobretudo o motivo porque o grande historiador diz que a maior parte dos documentos incluídos nesta colecção não foram tirados do original e que nela não existem cópias directas do Arquivo do Vaticano. Supomos que o grosso processo da interdição de Lisboa, (Arq. do Vaticano, 5856), que a descrição da viagem do Cardeal Alexandrino a Portugal (Arq. do Vaticano, 1607) que os documentos relativos às negociações de Santa Croce no nosso país (Arq. do Vaticano, 840), que as ordens pontificias sobre as lutas do nosso Rei Afonso iii com o clero de Portugal (Arq. do Vaticano, 6368 — pág. 283), que a maior parte das cartas, dos breves, das bulas, das relações que nestes 222 volumes se encontram, não correm por aí impressos!

Não, Herculano era apenas movido pela sua paixão política. Isto está claro, não quer dizer que a obra não tenha imperfeições e que a selecção dos documentos existentes em Roma e dizendo respeito às nossas relações com a Santa Sé fôsse impecavelmente dirigida. O que não deixa a *Rerum Lusitanicarum* é de ser um manancial riquíssimo de informações para a nossa história, onde o próprio Herculano foi bastantes vezes buscar elementos para os trabalhos que escreveu. Mas quando o illustre escritor se refere, por exemplo, à viagem do Cardeal Alexandrino a Portugal, escreve estas palavras: «... extrairemos as mais curiosas passagens da copia que temos diante de nós, tirada do códice 1607 da Biblioteca do Vaticano...» e não diz que essa *cópia dum códice da biblioteca do Vaticano* é o volume terceiro da *Rerum Lusitanicarum*!...

Temos pelo grande Herculano o maior respeito e a mais

viva admiração. Não podemos no entanto concordar com a sua crítica à colectânea de D. João v.

Tal foi a impressão causada por esta opinião do desterrado de Val-de-Lobos, que poucas vezes de ela proferida os nossos historiadores teem ido colher subsídios para as suas obras na *Rerum Lusitanicarum* — e tantos e tão preciosos possuiue!

Acabo de focar numa maneira geral o estado da nossa cultura no reinado de D. João v, esmiuçando um problema de alto interesse — o da *Rerum Lusitanicarum*, que até hoje se encontrava por estudar. Não se conheciam as suas origens, o seu custo e sobretudo havia a respeito do valor desta monumental colectânea uma errada noção.

A época de D. João v, sôbre qualquer dós seus aspectos, foi falseada pelos historiadores do século xix. Talvez que um dos factos que mais contribuisse para essa tarefa demolidora fôsse o desejo de engrandecer Pombal. E para que o ministro de D. José resplandecesse à luz da História, tratou-se de obscurecer as grandes figuras do *Magnânimo* e da *Piedosa*. Mau serviço êsse foi pelo êrro em que tantos caíram, pela falsificação pensada que êste trabalho constituiu e pela injustiça flagrante que representou.

Honra-se o Portugal de hoje de escrever a sua história com verdade, procurando-a nas fontes insuspeitas e dando aos vindouros uma alta lição de probidade. Esta época de revisão histórica impunha-se e representa um grande serviço prestado à nação e uma homenagem justíssima às grandes figuras que enobreceram e dignificaram a nossa pátria imortal.

EDUARDO BRAZÃO

Da Academia Portuguesa da História